

# Comunidade quilombola do Ariramba





# **Comunidade quilombola do Ariramba**

## SUMÁRIO

**4**

Apresentação

**6**

Introdução

**9**

Nos ninhos das  
arirambas

**19**

O Ariramba e os  
mocambos do rio  
Cuminá

**26**

Novas formas de  
apropriação e luta pelo  
território

**33**

Disputas com o Estado e  
os novos ocupantes

**39**

A vida entre a casa  
e a floresta

**55**

Por um termo de uso  
da Flota Trombetas

## Apresentação

Nas Ciências Sociais, é grande a produção acadêmica sobre povos e comunidades tradicionais da região amazônica. Nas últimas décadas, pesquisas realizadas em diferentes campos e motivadas por variados interesses produzem conhecimentos em parceria com esses sujeitos coletivos. Assim, geram relatórios, artigos e livros que apresentam particularidades sobre a Amazônia vivenciada por inúmeras famílias locais. Entretanto, muitas vezes, o formato acadêmico e os rigores das normas técnicas tornam esses conteúdos distantes dos principais interessados, não dialogam com outras formas de contar a história do lugar e não se inserem em espaços de socialização de conhecimentos, por exemplo, nas escolas de ensino fundamental e médio existentes nas localidades onde foram realizadas as pesquisas.

A coleção **Amazônia Recontada** nasce com o propósito de divulgar os resultados de pesquisas realizadas na região para grupos representantes

de povos e comunidades tradicionais. O conteúdo produzido com o rigor acadêmico assume linguagem e formato mais convidativo para o público em geral. Como um recurso que ajuda a contar a história dos lugares, os livros da coleção têm ilustrações de cenas cotidianas observadas em pesquisas de campo. São livros que podem ser utilizados em sala de aula, fazer parte do acervo da associação comunitária ou estar presentes nas casas das famílias como uma contribuição para o registro da história do lugar e o repasse para as futuras gerações. Além disso, a coleção permite a troca de experiências e vivências entre diferentes grupos, que podem estar em localidades distantes, mas podem eventualmente se reconhecer nas histórias uns dos outros, conectando elementos em comum. A coleção assume, portanto, infinitas possibilidades de usos e apropriações, o que estimulamos fortemente com os votos de boa leitura.

***Gilberto Rocha***

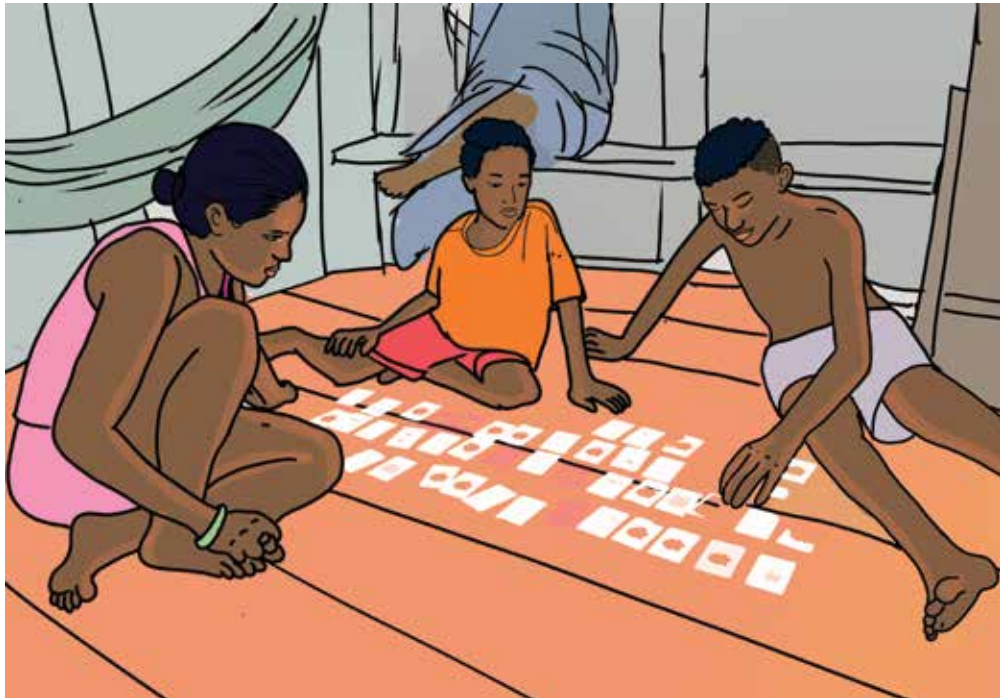
Diretor Geral do Núcleo de Meio Ambiente  
Universidade Federal do Pará

## Introdução

Além disso, esta publicação pretende auxiliar a Acorqa no que se refere a demandas, frequentemente feitas por órgãos públicos, acerca de dados e características da comunidade, visando à formulação de políticas públicas.

A comunidade remanescente de quilombo Ariramba fica no limite entre os municípios de Óbidos e Oriximiná, sendo que a sede deste último é mais próxima. É, portanto, nessa cidade de Oriximiná que as 27 famílias da comunidade realizam a maioria das atividades quando estão fora do território quilombola: fazem compras, vão a bancos, procuram atendimento em saúde e vendem produtos na feira, entre outras providências. Além disso, votam nas eleições municipais e são atendidos pela prefeitura oriximinaense. Da mesma forma, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ariramba (Acorqa) atua em conjunto com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (Arqmo).

Por intermédio dessas duas entidades, os moradores do Ariramba vêm lutando, desde 2005, pela propriedade definitiva do território de 22.950,8519 hectares, cujos limites são: a norte, o igarapé Ariramba e a gleba estadual Erepecuru; a sul, o rio Cuminá e a terra quilombola Erepecuru; a leste, os igarapés Murta e Uaua-Açu, e a gleba federal Paru d'Oeste; e a oeste, o igarapé Ariramba, o lago Grande e a terra quilombola Erepecuru. Esse território de uso comum tem sido percorrido desde o século XIX por grupos negros que se ramificaram em diversas famílias: Pinheiro, Nunes,





Souza, Ferreira, Pereira, Almeida, Santos e Oliveira, entre outras.

Elaborado com base na memória e nas narrativas compartilhadas por seus descendentes, este material pretende atender à necessidade de conhecimento, principalmente por parte das gerações mais jovens, que têm buscado em registros escritos, orais e audiovisuais uma compreensão mais ampla dos aspectos sociais, históricos, culturais, econômicos e ambientais vivenciados na comunidade do Ariramba e no seu entorno. Além disso, esta publicação pretende auxiliar a Acorqa no que se refere a demandas, frequentemente feitas por órgãos públicos, acerca de dados e características da comunidade, visando à formulação de políticas públicas.

## Nos ninhos das arirambas

Ariramba é o nome de uma ave que mede cerca de 20 cm de comprimento e tem um bico longo e fino, com o qual cava buracos profundos na terra para fazer ninhos protegidos dos predadores. É também o nome do igarapé de acesso à comunidade quilombola fundada por Joaquim dos Santos Oliveira e Tereza dos Santos Oliveira em meados da década de 1970. Partindo de Oriximiná, navega-se por, aproximadamente, sete horas pelo rio Trombetas e seu afluente Cuminá, até a boca do igarapé Ariramba. A comunidade também é acessível por terra, seguindo de carro até as proximidades do ramal do Ceneuaua e empreendendo em seguida uma exaustiva caminhada sobre troncos e pontes improvisadas na floresta.

A comunidade também é acessível por terra, seguindo de carro até as proximidades do ramal do Ceneuaua e empreendendo em seguida uma exaustiva caminhada sobre troncos e pontes improvisadas na floresta.



Através do acesso fluvial, mais usual, avistam-se as casas dos quilombolas por entre árvores e arbustos. Nas vazantes do verão amazônico, quando o volume de água baixa, é possível ver inúmeros ninhos de arirambas nos barrancos que margeiam o igarapé. É preciso atracar os barcos grandes no rio Cuminá e se transferir para canoas e bajaranas, as únicas que conseguem subir o Ariramba. Em secas muito rigorosas, chega a ser necessário arrastar as canoas e bajaranas pelo seu leito arenoso e pedregoso. Já nas enchentes de inverno,

o Ariramba atinge grande profundidade, ocultando os barrancos e acolhendo barcos grandes.

A vegetação ao redor é a floresta ombrófila densa, com predominância de árvores nativas de grande porte e extensos castanhais, cumaruzais e acapuzais. Há, também, palmeiras, bromélias, breus, cipós e enviras, além de vegetação secundária composta por inajá, lacre, murta, embaúba,



paricá, morototó e gramíneas, entre outras plantas. Nas terras que margeiam o igarapé Ariramba, as casas são cercadas por quintais floridos e cultivados com hortaliças e frutíferas (banana, caju, manga, cupuaçu, goiaba, abacate, limão, laranja, tangerina, entre outras). Algumas casas têm campos de pasto para pequenas criações de gado. A comunidade conta com uma grande rede natural de igarapés, córregos e lagos. Na margem esquerda do Ariramba ficam os igarapés: Folhal, Pirarucu, Ubinzal Grande, Doca, Grande da Fazen-



da, Macaco Prego e Santa Maria, com nascentes dentro do território quilombola, e Santa Isabel, cuja nascente fica na Gleba Paru d'Oeste. Na margem direita estão os igarapés: Grande do Lago Grande, Jiju e Grande, com nascente no território Erepecuru; Jará, Água Azul e Pintadinha, com nascentes no território do Ariramba; e Santana, Choro, Travessão e Sossego, com nascentes na Flota Trombetas. Os lagos da margem esquerda são: Capim, Tamoaá, Toco, Comprido, Folhal, Pirarucu, Vaquejador, Elias, Doca e Duzico. Na margem direita ficam os lagos: Redondo, Apé, Aningal, Cachoeirinha, Jará, Mariano, Xavier, Tabocal e Grande, sendo os dois últimos compartilhados com os quilombolas do território Erepecuru.

À fatura de recursos naturais contrapõe-se a precariedade da infraestrutura da comunidade. As casas, com poucas exceções, são construídas em madeira e/ou palha e cobertas com telhas de fibrocimento. A água para uso geral vem do igarapé

**À fatura de recursos naturais contrapõe-se a precariedade da infraestrutura da comunidade.**

Ariramba e não é tratada. Não há saneamento, e os sanitários dispõem de buracos cavados no chão. A geração de energia elétrica depende de motores próprios alimentados com óleo diesel. A comunicação com o exterior só é possível em uma residência provida com equipamentos para acesso à internet.

Não há rota regular de transporte para a comunidade. Alguns moradores possuem barco a motor, particular ou em sistema de sociedade, e regularmente o usam para deslocamento próprio, de parentes e vizinhos, bem como para o escoamento de sua produção agrícola. Em todas as casas há embarcações pequenas para trânsito nos limites do território e imediações: canoas e bajaranas a remo ou movidas por motores do tipo rabeta, que toda criança aprende bem cedo a manejar. Para atividades de interesse coletivo, geralmente, se usa o barco a motor Mensageiro da Fé, que tem capacidade para 20 passageiros.

Em alguns eventos comunitários, usa-se como apoio a estrutura instalada pela Assembleia de Deus ao lado da casa de Joaquim Oliveira, a qual é composta por um amplo alojamento fei-



to de madeira, servido por banheiros, sanitários e um refeitório, todos abastecidos por água encanada. Essa construção fica em frente ao templo da congregação Nova Jerusalém, que reúne a maior parte da população local. Os moradores católicos, em menor número, frequentam a igreja de Nossa



Senhora Aparecida, na comunidade Boa Vista, na beira do rio Cuminá.

Não há unidade de saúde no território do Ariramba. Em casos de doenças consideradas comuns – com sintomas como febre, diarreia, gripe e dores no corpo – ou acidentes com animais peçonhentos (cobras, escorpiões, araias e aranhas), recorre-se a cuidados tradicionais com ervas e cascas extraídas do mato ou do quintal de casa.

Se necessário, procuram-se as unidades de saúde.

Enfermidade	Tratamento
Gripe	Xarope de cumaru Chá de japana-branca Infusão de pimenta do reino, alho e açúcar Óleo de andiroba com mel de abelha
Picada de cobras como surucucu	Banha de anta Banha de porco queixada
Ferrada de arraia	Banha de anta Banha de porco queixada Chá do nó do cipó timbó-titica Aplicação de cebola cortada no local Para sarar o ferimento, copaíba ou manaiara
Cortes e golpes internos e externos	Banha de sucuri (age na cicatrização)
Inchaços	Banha de tartaruga, de guariba, e de pirarara

<b>Enfermidade</b>	<b>Tratamento</b>
Resfriado	Chá de japana-branca
Derrame e dor de cabeça	Chá de arruda
Males do fígado	Chá de boldo Chá de carapanaúba (casca) Chá de casca de laranja
Dor de estômago	Chá de boldo
Ferimentos e tumores internos e externos	Óleo de copaíba
Baques (luxações)	Sebo de carneiro
Diarreia	Chá de casca de goiabeira Chá de caju Chá de carapanaúba (casca) Infusão de sarabá (cipó)
Vômito	Chá de casca de laranja
Inflamação do ovário	Chá de quebra-pedra
Problemas renais e infecção urinária	Chá de quebra-pedra
Dor de garganta	Banha de cujuba (basta esquentar passar no pescoço) Banha de traíra
Feridas na pele	Óleo de andiroba (pode ser misturado com óleo lubrificante de barco)
Inflamação nas vistas	Leite de acurauzinho (mato)
Malária	Chá de saracura-mirá, carapanaúba e boldo
Ataque de sanguessuga	Aplicação de suco de limão, gasolina ou sal

de do território quilombola Erepecuru: em Boa Vista, para atendimento básico, ou no Jauari, para exames laboratoriais se houver suspeita de malária. Para problemas mais graves, recorre-se ao hospital municipal de Oriximiná.

Também não há escola na comunidade do Ariramba. Crianças e adolescentes, que correspondem à maior parcela da população local, estudam na escola Nossa Senhora Aparecida, na vizinha Boa Vista. O transporte escolar é feito em barco contratado pela Prefeitura de Oriximiná. Como a escola só oferece o ensino de nível fundamental, é preciso sair do território quilombola para continuar os estudos. Em função disso, muitas famílias se dividem entre a comunidade e a cidade de Oriximiná, onde procuram manter uma segunda residência a fim de propiciar mais anos de estudo aos filhos.

## O Ariramba e os mocambos do rio Cuminá

A história contada na comunidade do Ariramba remete ao casal Joaquim e Tereza dos Santos Oliveira. Ele, mais conhecido como Joaquim Grande, nasceu em 1939; é filho de Juvenal Antônio de Oliveira e Joana Pereira de Almeida; neto de Joaquim Ferreira e Luiza Sumiê, por parte de pai, e de Felício Pereira de Almeida e Raimunda Braz Pereira de Almeida, por parte de mãe. Tereza, falecida em 2013, era filha de Raimundo Ferreira e Maria dos Santos, neta de Seu Ferreira e Dona Bitoca Ferreira, por parte de pai, e de Felício Pereira de Almeida e Raimunda Braz Pereira de Almeida, por parte de mãe, nascida em 1944 na comunidade Acapu, no território quilombola Erepecuru.

Joaquim e Tereza casaram-se no início dos anos 1960 e foram viver na boca do igarapé das Cobras, afluente do rio Cuminá. A localidade fica

A história contada na comunidade do Ariramba remete ao casal Joaquim e Tereza dos Santos Oliveira.

cerca de 500 metros acima da boca do igarapé Ariramba, onde iam caçar, pescar, capturar quelônios e coletar ovos e castanhas. Sua história assemelha-se à de numerosas famílias de ascendência africana, cujos antepassados se dispersaram em diversos mocambos ou quilombos<sup>1</sup> formados ao longo do século XIX, nos principais rios da grande bacia do Trombetas. Antônio Nunes de Melo, genro de Joaquim Grande, relembra as histórias que sua avó contava:

**Olha, a vovó contava muita coisa. Ela contava para nós que eles andaram corridos um tempo, até que chegaram no Erepecuru, ela, o marido e duas criancinhas. Chegaram atrás. Para matar. Para matar. Aí, mandado por Deus, fechou o buraco do pau grande, da castanheira, fechou de teia de aranha. Aí um disse: “Mas aqui tem gente.” E o outro disse: “Não, não tem gente aqui, rapaz. Aqui não tem gente, não.” E eles lá dentro escondidos.**

---

<sup>1</sup> O termo mocambo foi mais usual na região do Baixo Amazonas, onde seus habitantes eram pejorativamente referidos como “mocambeiros” ou “pretos dos mocambos”. Quando a Constituição Federal de 1988 reintroduziu no ordenamento jurídico brasileiro o termo quilombo, este se popularizou e foi amplamente adotado pelo movimento social autodenominado quilombola, que atribuiu sentidos positivos relacionados à resistência e à luta pela liberdade.

Aí foram embora. No outro dia, eles saíram. Para fazer fogo, cavavam buraco na terra, tampavam, faziam fogo lá... Botavam a panela para ferver lá, para não fumaçar longe. Era um tal de Mané Guerreiro, esse que vinha. Ele que era o dono, chegava, ele vinha, matava mesmo. Chegava numa maloca aí no Erepecuru, ele matava tudinho, deixava só um índio e dizia: "Vamos embora. Onde é a tua maloca?". Quando chegava perto: "É ali.". Aí ele matava e ia, e matava o resto. Matava negro também. Era um perseguidor, matava, matava e matava mesmo. Ainda estava na escravidão. Vovô, vovó, minha bisavó. A avó do vovô, ela veio corrida aí da banda de Macapá. Ela veio corrida de lá. Veio ela, veio o pai do vovô, é... E vieram muitos corridos daí do Macapá. Vieram corridos para cá. O irmão do vovô, por nome Pedro Melo, ainda deixou duas filhas, uma no rio grande [Trombetas], que é era a tia Raquel, e a Margarida. Vieram corridos, esses pretos velhos de lá. E o finado Aprísio, o finado Ângelo vieram também corridos. Finado Aprísio era sogro do vovô, e finado Ângelo era pai da tia Gregória, pai da avó, da mãe de criação, com a tia... Pai da tia Maria Salgada, tia Romana e Tia Marquinha. Eles eram. Eles vieram tudo corrido para cá, vieram corrido nesse tempo da escravidão. Ela contava para mim: "Meu filho, é tristeza, todo mundo." Depois de chegarem para aí [Erepecuru], é que foram...

Geralmente localizados no alto curso dos rios ou em furos e lagos de difícil acesso, os mocambos constituíam um mundo alternativo à opressão escravocrata. Neles, os negros refugiados contactaram grupos indígenas, com os quais estabeleceram relações de troca e solidariedade frente à exploração à que eram submetidos na sociedade regional. O quilombola Domingos Xavier, criado no Ariramba, contorce as mãos para contar que os negros escravizados eram usados como candeias a iluminar os jantares de seus senhores, e revoltava-se com a sociedade escravocrata que conheceu por meio dos relatos dos mais velhos.

**Eu ouvia, eu ouvia as pessoas, os mais velhos no caso, tio da gente, avô, contavam histórias, barbaridades que a gente achava que a pessoa não ia aguentar. Se fosse com a gente, mesmo a gente criança, se fosse agora, a gente não ia suportar, não ia aceitar, ia se revoltar, não ia deixar acontecer aquilo. Por exemplo, a pessoa colocava óleo na mão [dos escravizados] e acendia o fogo para ficar alumando para as pessoas, esse tipo de coisa. As surras que levavam quando desobedeciam, muitas das vezes amarrados tipo animal, tipo quando a polícia algema e metia-lhe a surra. Tinha coisas terríveis assim...**

Livres da escravidão, os grupos negros cuidavam do próprio abastecimento, praticando a agricultura e o extrativismo vegetal e animal, e ainda forneciam produtos agroextrativistas a comerciantes locais, clandestinamente. O trabalho nas terras, águas e florestas do entorno do Cuminá baseava-

-se em um sistema de regras de uso comum do território e dos recursos naturais, pilar central da experiência coletiva, da unidade política, da identidade étnica e da proteção do território nos mocambos. Os laços de parentesco, formados preferencialmente entre negros e negras da própria região, também contribuíam para a manutenção de seu domínio territorial.

No caso dos Oliveiras, as relações de parentesco e amizade com outra família negra muito numerosa foram essenciais para sua fixação no Ariramba. De fato, embora sejam considerados fundadores

**Livres da escravidão,  
os grupos negros  
cuidavam do próprio  
abastecimento,  
praticando a  
agricultura e o  
extrativismo vegetal  
e animal, e ainda  
forneciam produtos  
agroextrativistas a  
comerciantes locais,  
clandestinamente.**



da comunidade, os Oliveiras foram antecedidos pela família Pinheiro nos limites atualmente reconhecidos do território quilombola. Os Pinheiros, com os quais mantêm relações de parentesco há várias gerações, habitavam uma espécie de ilha localizada no igarapé Murta. Segundo Maria da Cruz Pinheiro, cunhada de Joaquim Grande,

[...] era uma turma que morava lá. Não todos, porque na ilha não deu para acomodar todos! Mas um bocado morava lá, eles eram oito irmãos, meu velho, minha velha, minha avó Braga e meu avô Silvestre Pinheiro. Aí tinha os oito filhos e três filhas, e era assim [...]. Eram os Pinheiros. Virgíneo Pinheiro da Silva, Maria Pinheiro, Maria Pinheiro de Braga, Filomena Pinheiro, Deunilo Pinheiro, tudo negro, bem negro de brilhar a pele. Não eram desses que têm uma misturazinha, uns clarinhos que ficam fazendo filho com outros, com outros e outros. Eles eram só negros, não tinha um caboclo!

Os Pinheiros, como os demais mocambeiros, viviam principalmente da coleta de castanha-do-pará nos fartos castanhais do Murta, e chegaram a ter um título da área, datado da década de 1920.

Na segunda metade do século XX, contudo, a terra que ocupavam acabou sendo arrendada para os Guerreiros, uma família poderosa em Oriximiná. Enfim, os Pinheiros deixaram o Murta<sup>2</sup> rumo a outras áreas, principalmente no território Erepecuru, antes de Joaquim e Tereza se mudarem definitivamente para o Ariramba, onde casaram os filhos e aumentaram a família.

---

<sup>2</sup> A partida dos Pinheiros privou o Murta de um dos maiores rituais negros da região: o festejo do aiué para São Benedito, que atualmente é realizado na comunidade Jauari, no território quilombola Erepecuru. A festividade envolvia a coleta de doações (esmolação), visitas a casas e oferta de refeições aos festeiros. Deunilo Pinheiro, tocador de violino, era um dos foliões responsáveis pelas ladainhas e cantorias em louvor ao santo.

## Novas formas de apropriação e luta pelo território

A perda sofrida pelos Pinheiros foi um episódio que, envolvendo mecanismos escusos de apro-

Com o fim das expedições de recaptura de negros refugiados nos mocambos, os intercâmbios comerciais e as aproximações com a sociedade abrangente tornaram-se mais frequentes.

priação de terras, atingiu diversas famílias negras após o fim da escravidão. Com o fim das expedições de recaptura de negros refugiados nos mocambos, os intercâmbios comerciais e as aproximações com a sociedade abrangente tornaram-se mais frequentes. Logo, a dependência desses grupos negros em relação aos comerciantes locais também aumentou, pois estes últimos detinham o monopólio da compra e do transporte dos produtos ex-

trativistas que aqueles forneciam.

Na base desse monopólio estava o sistema de aviamento, em que o comerciante,

na posição de patrão, aviava os trabalhadores, isto é, adiantava-lhes mercadorias e instrumentos para que pudessem trabalhar na safra de produtos florestais, principalmente da castanha-do-pará, que tinha alto valor comercial. No comércio do patrão, o extrativista adquiria os itens a crédito, por preços mais altos que os cobrados em vendas à vista. Na volta dos castanhais, entregava sua produção por preços definidos pelo patrão e terminava quase sempre endividado. Maria Pinheiro, que vivenciou esse período junto com a família, narra a passagem dos negros da escravidão à superexploração por meio do aviamento:

**Hum, os patrões eram perigosos. O patrão enchia o barracão de mercadoria. Se quisesse, eles levavam tudinho. Tudo. O seu Manoel levava roupa, eles levavam pano, a gente comprava pano aqui e fazia aquelas roupas para ir para o castanhal. Tudo eles levavam! O freguês ia fazer compra para ir para o castanhal, era tudo no paiol que eles compravam, naquele barracão. Quando terminava a última viagem da castanha, o que tomava conta da castanha... Porque era só burro, não tinha ninguém sabido para tomar de conta, era tudo analfabeto...**

Chegavam lá os patrões, ajuntavam todinhos, os bestas pagavam toda a despesa. E aí os castanheiros entregavam tudo em castanha, era assim que eles pagavam a mercadoria que o patrão aviava. Eles entregavam em mercadoria, as mercadorias tudo. Recebiam alguns, que tiravam saldo, mas era aquela mixaria. Senão, entregava a castanha toda e não ficava com saldo nenhum. Com nadinha, ficavam só com as roupas velhas. O patrão levava pinga para vender? Mas se levava! Dinheiro eles não levavam para pagar, mas pinga! [...] A vida do pobre era difícil.

Na segunda metade do século XX os mecanismos de controle e monopólio do trabalho e da produção dos negros passaram a incluir a apropriação indevida de terras por patrões, fazendeiros e membros da elite local. A titularidade de terras públicas e de áreas sob posse tradicional de famílias negras foi conferida, indevidamente, a novos proprietários, tal como ocorreu no Murta, segundo Joaquim Grande:

**O Murta é o seguinte: era uns castanhais que tinha lá. Então, eles pensaram naquela altura que eles fizeram um processo de seis mil me-**

tros, pensavam que com o [castanhal] Veado casava lá no [castanhal] Bom Prazer. Mas a casar, era no [castanhal] Três Paiol, no Veado. Aí, o que o engenheiro, o advogado deles dizia? “Olha, quer saber de uma coisa, levam o marco e sentam lá”. Lá cortaram o pico para arriar lá no Ariramba e daqui para arriar ali mais em cima. Enquanto isso, o título são 34 hectares, é o que está no título. [...] Então o governo despachava aquele pedaço de terra para eles, e eles tinham aquela área lá e mandavam o engenheiro desmatar que tudo era deles. Aí o caboclo ia lá e tirava um bocado de castanha, pegavam o caboclo e davam uma pisa. E já metia na cadeia. Além de tomarem a castanha, ainda metiam na cadeia! Acontecia isso, eles vinham fazendo a escravidão nessa época com a gente aí. Eram só brancos. Nessa época eles eram os grandes de Oriximiná. Eles viviam na cidade. Eles eram prefeitos, eram vereadores. Eram eles que comandavam isso.

Do controle das áreas indevidamente apropriadas até a revenda de lotes e as sucessivas transmissões de domínio, inclusive de terras que compreendiam florestas e castanhais, o passo foi curto, como explicou Duca Pinheiro:

Olha, desse lado daqui, era dono daqui, e outro dali. Mas naquele tempo era só nome, só quase nome! Olha, o do Machado pegava do Santo Antônio e em cima lá no Jabuti, era todo esse *quadrão* aí era deles, dos Machados. E lá do Jabuti era do Cazusa, aquele quadro lá. Agora, do Murta é que era dos meus tios, do meu pai, que pegava lá do Bom Prazer até no Veado, tudo esse *quadrão* de terra aí. Eram donos, mas não tinha um documento certo, nada! Olha, hoje em dia, não tem mais nada de dono, é tudo do povo, o povo é que está tomando conta de tudo. Olha o Salgado, era do Zé Diniz, agora está cheio de gente, tem três comunidades, tudo está cheio de gente. Lá no Repartimento era do Cazusa. O primeiro que mudou para lá, que era dono lá, era o Heitor Vinente, da família Vinente. No Capintuba, era o velho Belmiro Vinente, tudo isso era Vinente. Tudo isso *tomaram de conta* dessas terras, mas, olha, foram se acabando, os outros vão entrando, vão levando, vão tomando de conta e pronto, e assim vai embora tudo. Aí desse lado vão embora, lá no Lago do Rapé era de um Vinente que usava. Hoje em dia já me disseram que é só campo, acabaram aquele castanhal em campo. Na Queimada, é campo *tudo* aquele quadro lá...

Os processos de expulsão dos negros das terras que ocupavam e exploravam foram

intensificados entre as décadas de 1970 e 1990, em toda a bacia do Trombetas. Nesse período, pessoas de diferentes filiações étnicas e procedências adquiriram áreas ou benfeitorias nas margens do Ariramba. Algumas chegaram à comunidade a partir de relações de amizade ou parentesco com os Oliveiras, e passaram a conviver harmonicamente com eles, praticando uma economia agroextrativista. Outras, porém, chegaram lá por meio da compra de terras/benfeitorias de terceiros, não residentes no local, e caracterizaram sua





ocupação pela exploração acentuada de recursos naturais e/ou pela criação intensiva de gado bovino, causando pressão ambiental sobre o território e conflito com os moradores mais antigos. Foi nesse contexto que as comunidades originárias dos mocambos reagiram por meio da organização coletiva para requerer direitos territoriais. Apoiadas na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Pará de 1989, que reconheceram aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas,<sup>3</sup> diversas comunidades negras de Oriximiná passaram a reivindicar a titulação de territórios quilombolas, por intermédio da Arqmo. Em 1998 as comunidades do Erepecuru obtiveram o respectivo título de terra, e poucos anos depois os moradores do Ariramba fundaram a Acorça com esse objetivo.

---

<sup>3</sup> A titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo está prevista no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 e no art. 322 da Constituição do Estado do Pará de 1989, bem como em uma série de leis, decretos e normativas nas esferas federal e estadual. Na esfera federal destaca-se o Decreto nº 4.887/2003, que definiu essas comunidades como grupos étnico-raciais dotados de trajetória histórica própria e relações específicas com os territórios usados para sua reprodução física, social, econômica e cultural. Na esfera estadual, a Lei nº 6.165/1998 tratou da legitimação das terras ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos, e o Decreto nº 3.572/1999 definiu os procedimentos administrativos de identificação, demarcação e titulação dessas terras.

## Disputas com o Estado e os novos ocupantes

Em 2005, a Acorqa abriu processos de titulação do território quilombola do Ariramba junto ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), uma vez que o território reivindicado abrangia áreas do Estado do Pará e da União. Em 2006, porém, ignorando o pleito da comunidade, o Estado do Pará decidiu pela criação da Floresta Estadual (Flota) do Trombetas, uma unidade de conservação de uso sustentável na qual são permitidas a permanência e a utilização de recursos naturais por parte de comunidades tradicionais que ocupem a área desde antes da instituição da proteção ambiental. Segundo Gervásio Oliveira, presidente da Acorqa, o processo de criação da unidade de conservação não foi suficientemente transparente:

Foi assim: em dezembro de 2006 os técnicos da Flota apareceram em Oriximiná convocando uma reunião na Arqmo. A gente foi na reunião na qual foi colocada a pretensão do quilombola. Para eles foi demonstrado e pedido, e tudo! O que eles falaram, era que essas áreas que estavam sendo pretendidas iam ser consideradas, elas iam ser excluídas da Flota. Depois, quando concluiu a Flota, não apareceu exclusão, não apareceu consideração.

O Decreto Estadual nº 2.607/2006, que criou a Floresta Trombetas, reconheceu a preexistência de comunidades quilombolas usuárias da área – além do Ariramba, a comunidade de Cachoeira Porteira –, mas mesmo assim adotou uma modalidade de proteção ambiental que impediria a efetivação

**Estendeu-se por doze anos a disputa entre a comunidade, que exigia o título da terra coletiva, e o Estado do Pará, que pretendia manter inalterada a área protegida.**

de seu direito à propriedade. Os quilombolas, que tradicionalmente recorriam à floresta, ficaram vulneráveis a restrições de acesso e uso de recursos naturais sem autorização prévia do órgão gestor da unidade de conservação, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-bio). Enquanto isso, assistiam à exploração da área por posseiros, madeireiros, garimpeiros e criadores de gado

bovino e bubalino, os quais, diante da insuficiente fiscalização estatal, atuavam na ilegalidade e ameaçavam a integridade do território quilombola. Estendeu-se por doze anos a disputa entre a comunidade, que exigia o título da terra coletiva,

e o Estado do Pará, que pretendia manter inalterada a área protegida. Para resolver tal impasse, foi preciso que a área reivindicada pelos quilombolas deixasse de fazer parte da Flota Trombetas. Como o governo não pode, por conta própria, alterar os limites de uma unidade de conservação, foi necessária a votação da Lei nº 8.595/2018 para eliminar a sobreposição territorial, desafetando as terras de uso dos quilombolas e permitindo a titulação de 10.454,5619 hectares em nome da Acorqa, em 2018. O processo aberto no Incra completou 16 anos em 2021 e segue sem previsão de conclusão. Em 2013 uma etapa importante foi vencida, com a elaboração do relatório antropológico que integra o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), uma peça técnica exigida nas normativas federais para titulação de terras quilombolas. A publicação do RTID, contudo, só aconteceu em 2017, informando a todos os interessados os limites do território identificado e abrindo um período para apresentação de contestações à reivindicação territorial da Acorqa. Enquanto o Incra vem adiando a conclusão do processo em questão, diversos povoados têm

sido formados, principalmente por migrantes, nas imediações do igarapé Murta e ao longo dos ramais que partem da estrada do BEC – assim chamada por ter sido aberta pelo 8º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) como prolongamento da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). De fato, a partir dos anos 2000 a grilagem de terras no entorno da via acelerou os processos de ocupação de parte do território reivindicado pelos quilombolas, criando um cenário no qual, entre



pastos e roçados, sobressaem clareiras, crateras, troncos caídos e queimados, árvores mortas e caveiras de castanheiras.

De acordo com Gervásio Oliveira, já foram destruídos os castanhais Bom Prazer, Três Paiol, Paraíso, Boa Esperança, Cafezal, Alto Alegre, Assoalhado e Jabuti. A paisagem difere radicalmente daquela que predomina no restante do território, e, segundo ele, o ciclo de devastação é ininterrupto:

**Vão acabando em campo, tudo, em roçado. Eu estava dizendo, é por isso que muita gente se vê enrascada sobre terra para morar, porque eles pegam uma terra para lá e fazem campo. Tiram o negócio da roça e outras coisas, vão metendo capim. Com pouco tempo não tem mais onde fazer lugar, aí é preciso mudar para outro canto.**

A destruição de florestas que estavam preservadas em 2005, quando da abertura do processo de titulação junto ao Incra, levou a comunidade a rever os limites do território pleiteado no RTID, em 2013. Aos quilombolas não interessava disputar com os novos ocupantes as áreas desfloresta-

das, transformadas em cemitérios de castanheiras, como dizem. A luta atual é pela manutenção dos poucos castanhais vivos na área do Murta – Santa Maria, Uaua-Açu e Veado – e pela garantia de acesso aos demais: Água Azul, Bom Sossego, Boto, Igarapé Grande da Fazenda, Jiju, Preciosa, Terra Preta do Jará, Santa Isabel e Santana (ou Sempre Viva). Dada a demora no andamento dos procedimentos exigidos pelo Estado brasileiro, o temor é que não reste mais que terra arrasada em parte do território tradicional dos quilombolas do Ariramba.

## A vida entre a casa e a floresta

A defesa do território quilombola tradicional do Ariramba fundamenta-se nas necessidades da vida cotidiana da comunidade, cujas atividades produtivas transcorrem entre as áreas de moradia – domínios familiares – e as áreas de domínio comum – as florestas e águas. É comum ver indivíduos, quando não famílias inteiras, transitando de uma área para outra e, ainda, para a cidade, onde comercializam produtos na Feira do Produtor.







De fato, grande parte das atividades desenvolvidas por cada núcleo doméstico são essencialmente coletivas e envolvem todos os familiares aptos ao trabalho, independentemente de sexo e idade.

Nas áreas de moradia, as atividades mais praticadas são a pesca, a criação de pequenos animais e a agricultura, cujo principal produto é a mandioca. Planta-se, também, abacaxi, arroz, banana, batata, cana, cará, melancia, feijão, jerimum, macaxeira, maxixe e milho. Nos roçados, grupos de parentes frequentemente se reúnem em puxiruns, ajudando-se uns aos outros. Os donos da roça convidam os demais, como explica Iranete Nunes de Oliveira:

Sempre a gente convida o Ernandes com a minha irmã, com as crianças dela. O Mariano, quando ele está com a família dele. Quando o meu sogro ainda estava forte, convidava ele. O Pedro também a gente convida. Um dia desses ele foi ajudar a gente lá. Foi ele com as crianças. Foi ele, com as crianças dele, e as crianças lá de casa com a gente. A gente dá a merenda, quando tem o café, com beiju, às vezes mingau. A gente faz mingau de banana, e aí merendam e vão embora. Quando é no almoço, faço o feijão, frito o peixe, faço o arroz, aí almoçam. Faz uma janta, também faço a mesma coisa, faço o peixe, o arroz, frito já, e aí janta. Às vezes, quando vai uma porção de gente, quando vai muito grande, a

gente planta tudo em um dia, vai de manhã, vai à tarde e acaba. Agora ficamos dois dias. Vamos e voltamos para casa. No dia seguinte, estamos aí. Assim que a gente faz, puxirum é assim.

A produção de farinha e outros derivados da mandioca também funciona de acordo com o sistema de puxirum. O espaço de trabalho é a casa de farinha, uma espécie de pequena indústria familiar equipada com rodetes, prensas, gadeiras e fornos para transformar o principal produto





agrícola da comunidade em uma série de iguarias. Quem não possui casa de farinha, usa a de algum parente; quem não faz roça, ganha mandioca para produzir a própria farinha, e assim por diante, segundo Iranete:

Se a gente não tem a roça, aí o vizinho tem, aí a gente vai e fala para ele, aí ele dá para gente a mandioca e a gente faz de meia. Às vezes a gente pega lá da roça dele, a gente faz a farinha e reparte a farinha com eles. Aí, se deu dois sacos, a gente divide. Dá um para ele, que é o dono da roça, e a gente fica com um, é dividido. Pois é, a roça sendo do vizinho, a gente tem que ir lá



**repartir a farinha, aí reparte a farinha, reparte a crueira. Aí, se a gente tira a tapioca, a gente reparte a tapioca com o dono da roça.**

A capina e a colheita se estendem por todo o ano, de acordo com os ciclos de cada cultura e as necessidades de consumo das famílias. Para não cansar a terra, os quilombolas trocam as culturas de lugar, voltando a trabalhar na área que fica descansando após seis anos, aproximada-

mente. A regeneração das roças abandonadas é lenta, mas possível. Nos primeiros anos de descanso, a terra é recoberta por capim, urtigas e plantas que dão muitas sementes, as quais se espalham rapidamente, mas também surgem árvores baixas. A continuidade do descanso resulta no crescimento de palmeiras como açai, inajá e bacaba, e de árvores de maior porte como



andiroba, cumaru, piquiá e uxi, por exemplo, que fornecem frutos, óleos e madeira.

Algumas famílias possuem gado bovino, e os animais constituem uma espécie de poupança, uma fonte de recurso para ser usada em emergências. Geralmente, os parentes criam as reses em um sistema que chamam de sociedade, compartilhando o campo de pasto e os cuidados com os animais, bem como dividindo os bezerros entre si, quando nascem. As crianças aprendem a lidar





com os bois, ajudando os parentes a conduzi-los para o pasto e a tomar conta dos currais.

As áreas de uso da comunidade correspondem a dois ambientes complementares e integrados:





as florestas e as águas. Nas florestas estão compreendidos recursos madeireiros e não madeireiros de alta importância para a economia local, além da caça, que é uma fonte de alimentos indispensável. Nas águas realizam-se as atividades de pesca e captura de quelônios, que, junto com a caça, respondem pelo fornecimento de proteína animal para as mesas das famílias.

A principal atividade nas florestas é a coleta de castanha, tanto para consumo próprio

quanto para comercialização. A coleta se estende nos meses chuvosos de inverno, geralmente de dezembro a maio, e envolve todos os membros aptos da família. Cada um assume uma função a fim de suprir o grupo durante a permanência na mata: coletar ou carregar castanhas, caçar ou pescar, cozinhar ou limpar o acampamento. No passado, famílias inteiras se deslocavam para os castanhais, levando farinha, sal, arroz e itens básicos para viver em moradias temporárias na floresta. Atualmente, essa tradição vem sendo abandonada, em função dos compromissos escolares das crianças e adolescentes, mas algumas famílias ainda o fazem.

Outros produtos florestais vêm se tornando cada vez mais importante na economia local, como o açaí, o breu e o cumaru, por exemplo. Variedades de cipó-titica, cipó-ambé e timbó-açu também são coletadas e regularmente usadas na confecção de

**A coleta se estende nos meses chuvosos de inverno, geralmente de dezembro a maio, e envolve todos os membros aptos da família.**



paneiros, jamanxins e outros objetos de uso cotidiano. Talas de arumã, jacitara, jauari e bacaba destinam-se, igualmente, à confecção de utensílios para as residências e casas de farinha. Jutai-cica e breu são coletados na mata, para vender e para usar na calafetagem. Por fim, madeiras e fibras encontradas na floresta são imprescindíveis para a comunidade, uma vez que são usadas na construção e na manutenção das casas, currais e embarcações.

Ainda, é ao redor das árvores da floresta que se pratica a caça de macacos, capivaras, anta, paca, porco do mato e outros animais apreciados na comunidade. Eles destinam-se, sobretudo, ao consumo próprio, mas também podem ser trocados como presentes entre parentes e vizinhos. As caçadas são predominantemente





feitas pelos homens, que ensinam aos filhos adolescentes as técnicas e armadilhas usualmente adotadas. Há variedade de caças no Ariramba, embora elas venham se tornando mais escassas devido à intensa exploração de madeiras e à crescente abertura de pastos. Segundo Gervásio Oliveira, a captura de animais de caça obedece aos ciclos das chuvas, tal como as safras dos produtos da floresta:

A gente costuma chamar safra das caças porque é assim. A época do macaco é que de agosto em diante a tendência dele é emagrecer, ficar magro mesmo, sabe? Que não tem o que eles comerem, não tem fruta, essas coisas, é por isso. E a época de a gente matar ele é de março em diante, aí até lá por agosto, pronto! No tempo da castanha aparece muito macaco! Desde que começa janeiro já aparece, mas a gente só vai matar lá para março. Não mata antes de março porque está magro! Eles comem maçaranduba, abiu, mangaba, patauá, bacaba, açaí, tudo eles comem, e, para engordar, ele engorda rápido. E a safra da paca é na queda d'água, começou a vazar, é a safra da paca. Por causa que começa a vazar, aí ela vem para a beira comer aquelas frutas que a água traz, é colhão de anta que a gente chama, é uma fruta grandona. Ela baixa no rio, se acomoda numa beira e quando vaza ela fica lá. Aí as pacas vêm e começam a catar aquilo. Aí começa a vazar em julho, dependendo, tem vez que demora mais, tem vez que não.

No interior das florestas formam-se cursos d'água muito importantes para a comunidade. Além de fonte de água, eles apresentam variedade e quantidade de peixes e quelônios essenciais na

alimentação das famílias. A pescaria é função de homens e mulheres, independentemente da idade, e seu produto destina-se ao consumo diário. Os conhecimentos são passados pelos mais velhos às crianças, que costumam observá-los em casa, na beira do igarapé, até atingirem a idade propícia para acompanhá-los nas pescarias mais prolongadas em locais mais distantes.

## Por um termo de uso da Flota Trombetas

Pouco tempo após a titulação parcial do território quilombola do Ariramba, possibilitada pela alteração dos limites da Flota Trombetas em 2018, o Ideflorbio informou a Acorqa da importância de celebrarem um termo de uso de recursos naturais a fim de regularizar o ingresso e as práticas extrativistas dos quilombolas na referida unidade de conservação. Tal medida seria necessária porque os moradores do Ariramba extraem recursos naturais em porções da Flota que não foram incorporadas ao território titulado, de modo que deveriam formalizar perante o Estado as ações que ainda realizam na área protegida.

O instrumento que vem sendo adotado pelo governo do Pará para a regulação do

O instrumento que vem sendo adotado pelo governo do Pará para a regulação do acesso e do uso de florestas públicas por comunidades tradicionais localizadas em seu entorno é o termo de uso.



acesso e do uso de florestas públicas por comunidades tradicionais localizadas em seu entorno é o termo de uso. Ele é firmado entre o órgão ambiental e as entidades representativas dessas comunidades, com a finalidade de especificar os tipos e as condições de uso de recursos naturais no interior da unidade. Para tanto, suas cláusulas devem preencher quesitos como: o perfil dos usuários, os produtos usados, as finalidades de uso, os períodos e os locais de acesso à unidade de conservação, entre outras informações relativas a cada tipo de extrativismo.

Em meados de 2018, a comunidade do Ariramba iniciou reuniões internas e com o Ideflorbio para discutir o conteúdo do termo de uso da Flota Trombetas. Nas reuniões internas, os quilombolas definiram respostas para os quesitos indicados, relacionando 39 tipos de plantas cujo uso pretendiam regularizar. Em síntese, informaram que: o extrativismo de produtos florestais é realizado o ano todo, conforme o ciclo natural de cada planta; as coletas são feitas em diferentes áreas da Flota, mas principalmente nos castanhais do Veado, do Caranã e da Serra do Galo;

e os usuários são todos os membros da comunidade. Para demonstrar as finalidades e as partes de cada produto usado, a comunidade elaborou o quadro sintético que segue.

<b>Planta</b>	<b>Parte</b>	<b>Destinação</b>	<b>Uso local</b>
Açaí	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Acapu	Tronco	Consumo	Construção (esteio, flechal, travessa e móveis)
Andiroba	Semente	Consumo e venda	Remédio
Angelim	Tronco	Consumo	Construção (móveis e portas)
Arqueira	Tronco	Consumo	Construção
Bacaba	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Barbatimão	Casca	Consumo e venda	Remédio
Breu-branco	Resina	Consumo e venda	Construção (calafetagem)
Breu-preto	Resina	Consumo e venda	Construção (calafetagem)
Buriti	Fruto	Consumo e venda	Alimento
	Palha	Consumo	Artesanato
Cacau-açu	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Caju-açu	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Carapanaúba	Casca	Consumo e venda	Remédio
Castanha	Fruto	Consumo e venda	Alimento
	Ouriço	Consumo e venda	Artesanato
Cedro	Tronco	Consumo	Construção (móveis)
Cipó-ambé	Cipó	Consumo e venda	Artesanato
Cipó-titica	Cipó	Consumo e venda	Artesanato
Copaíba	Óleo	Consumo e venda	Remédio

<b>Planta</b>	<b>Parte</b>	<b>Destinação</b>	<b>Uso local</b>
	Semente	Consumo e venda	Remédio
Cumarú	Semente	Consumo e venda	Remédio
	Tronco	Consumo	Construção (esteio, flechal, travessa)
Cupuí	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Itaúba	Tronco	Consumo	Construção (casa)
Louro	Tronco	Consumo	Construção (paredes de casas e de barcos)
Maçaranduba	Tronco	Consumo	Construção
Mandioqueira	Tronco	Consumo	Construção
Maracujá-do-mato	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Marupá	Tronco	Consumo	Construção
Pariri	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Patauá	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Pau D'arco	Tronco	Consumo	Construção (casa e móveis)
Piquiá	Fruto	Consumo e venda	Alimento
	Tronco	Consumo	Construção (botes e canoas)
Sapucaia	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Sara-tudo	Cipó	Consumo e venda	Remédio
Sucupira	Tronco	Consumo	Construção (móveis e portas)
Taperebá	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Tucumã	Fruto	Consumo e venda	Alimento
	Palha	Consumo e venda	Artesanato
Unha de gato	Cipó	Consumo e venda	Remédio
Ubim	Palha	Consumo e venda	Construção (coberturas)
Uxi-coroa	Fruto	Consumo e venda	Alimento
Uxi-liso	Fruto	Consumo e venda	Alimento



Produto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maçaranduba												
Mandioqueira												
Maracujá-do-mato												
Marupá												
Pariri												
Patauá												
Piquiá												
Sapucaia												
Sara-tudo												
Sucupira												
Taperebá												
Tucumã												
Ubim												
Unha-de-gato												
Uxi-coroa												
Uxi-liso												

Ocorre que, embora o termo de uso já venha sendo empregado na Flota Paru – criada na mesma época que a Flota Trombetas –, esse instrumento ainda aguardava regulamentação até o fim de 2021. Sem essa regulamentação, falta clareza sobre os critérios, procedimentos e prazos para sua adoção dentro do próprio órgão

ambiental estadual, de modo que as discussões sobre o conteúdo do termo de uso que interessa à comunidade quilombola do Ariramba foram interrompidas.

A situação relembra a criação da Flota Trombetas, quando os quilombolas acreditaram que sua demanda territorial seria levada em conta na delimitação da unidade de conservação, como contou Mariano Oliveira: "A gente até ficou satisfeito, né!? Porque nós emitimos um pedido antes, então eles estão considerando! *Enquanto que depois é diferente.*" Atualmente, a comunidade aguarda consideração de seu pleito relativo ao termo de uso da floresta pública.

Enfim, a luta por direitos territoriais e socioambientais na comunidade do Ariramba e na Flota Trombetas continua. Afinal, as conexões entre as pessoas e a floresta são tão fortes que elas se veem como parte do ambiente. Na luta diária para garantir o autossustento, trabalhando individual ou coletivamente, quase sempre

**Enfim, a luta por  
direitos territoriais  
e socioambientais  
na comunidade  
do Ariramba e na  
Flota Trombetas  
continua.**

apoiados pelos parentes e vizinhos, os quilombolas do Ariramba dão continuidade à trajetória de seus antepassados na preservação de um território livre e compartilhado.





Comunidade quilombola do Ariramba

© 2022 – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

### **Reitor**

Emmanuel Zagury Tourinho

### **Vice-Reitor**

Gilmar Pereira da Silva

### **Pró-Reitor de Administração**

Raimundo da Costa Almeida

### **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

### **Pró-Reitor de Extensão**

Nelson José de Souza Júnior

### **Pró-Reitor de Relações Internacionais**

Edmar Tavares da Costa caro Duarte Pastana

### **Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Maria Iracilda da Cunha Sampaio

### **Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional**

Cristina Kazumi Nakata Yoshino

## **NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE**

### **Diretor Geral**

Gilberto de Miranda Rocha

### **Diretora Adjunta e Coordenadora Acadêmica**

Maria do Socorro Almeida Flores

### **Coordenador do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente**

André Luís Assunção de Farias

### **Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia**

Christian Nunes da Silva

### **Coordenadora de Informação Ambiental**

Olizete Nunes Pereira

### **Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação**

Daniel Aparecido da Silva

### **Coordenador do Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica**

Daniel Araújo Sombra Soares

## **COMISSÃO EDITORIAL NUMA/UFPA**

Robert Walker

University of Florida, USA

Pierre Teisserenc

Université Paris 13, França

Carlos Walter Porto Gonçalves

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Maria Vasconcellos

Universidade da Amazônia, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha

Universidade Federal do Pará, Brasil

Olizete Nunes Pereira

Universidade Federal do Pará, Brasil

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

## **Reitor**

Hugo Alex Carneiro Diniz

## **Vice-Reitor**

Aldenize Ruela Xavier

## **Pró-Reitor de Cultura, Comunidade e Extensão**

Marcos Prado Lima

## **Pró-Reitora de Administração**

Sofia Campos e Silva Rabelo

## **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Solange Helena Ximenes Rocha

## **Pró-Reitora de Gestão de Pessoas**

Fabriciana Vieira Guimaraes

## **Pró-Reitora de Gestão Estudantil**

Lidiane Nascimento Leão

## **Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica**

Lenise Vargas Flores da Silva

## **COLEÇÃO AMAZÔNIA RECONTADA**

### **Realização**

Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)

### **Comissão editorial**

Bruno Alberto Paracampo Mileo (Ufopa)

Judith Costa Vieira (Ufopa)

Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa)

Voyner Ravena-Cañete (UFPA)

### **Conselho científico**

Alvatir Carolino da Silva (Ifam)

Edgar Chagas Júnior (Unama)

Elenise Farias Scherer (Ufam)

Estevão Rafael Fernandes (Unir)

Florêncio Almeida Vaz Filho (Ufopa)

Joaquim Shiraishi Neto (UFMA)

José Maria Silva (Unifap)

Lilian Rebellato (Ufopa)

Lúis Fernando Cardoso e Cardoso (UFPA)

Mariana Ciavatta Pantoja Franco (Ufac)

Marisa Barbosa Araújo (UFRR)

Rosirene Martins Lima (Uema)

Socorro Batalha (Ufam)

Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA)

Suiá Omim A. de Castro Chaves (UFT)

Zair Henrique dos Santos (Ufopa)

### **Comunidade quilombola do Ariramba**

Esta publicação é inspirada no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade do Ariramba e em levantamentos, entrevistas e observações realizadas em projetos de extensão universitária.

### **Pesquisa e texto**

Luciana Gonçalves de Carvalho

### **Entrevistas**

Antônio Nunes de Melo (Candinho)

Brás de Oliveira Rocha

Cleidiana de Souza de Oliveira

Domingos Leandro Nogueira Xavier

Gervásio dos Santos Oliveira

Hernandes dos Santos Oliveira

Iranete Nunes de Oliveira

Joaquim dos Santos Oliveira

Josélia Nunes de Oliveira

Manoel Pinheiro (Duca)

Maria de Lourdes da Cruz Pinheiro (Zênia)

Mariano dos Santos Oliveira

Natanael Oliveira

Pedro Pantoja da Silva

Rui dos Santos

Tereza dos Santos Oliveira

## Revisão de texto

Michele Paiva

## Ilustração

Débora Marcião

Matheus Araújo Lobato

Todas as ilustrações são baseadas em registros fotográficos da comunidade produzidos pela equipe de pesquisa.

## Projeto gráfico

Claudia Duarte | Avellar e Duarte

## Apoio técnico

Iara Pereira Feitosa

Valentina Calado Pompermaier

## Financiamento

A pesquisa que deu origem a esta publicação foi realizada com recursos oriundos de diversas fontes, assim como sua edição e produção gráfica.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap)

Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará (PEEx/Ufopa)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA – Belém – PA

---

C331c Carvalho, Luciana Gonçalves de  
Comunidade quilombola do Ariramba [recurso eletrônico] / Luciana Gonçalves de Carvalho. —  
Dados eletrônicos. — Belém: NUMA/UFPA,

2022.

68 p. : il. color. ; 21 cm (Coleção Amazônia recontada; v. 1)  
Sistemas requeridos: leitor de PDF (Adobe Reader, Foxit Reader, etc.)  
ISBN 978-65-88151-12-9.

1. Quilombolas - Óbidos (PA) - História. 2. Quilombolas - Óbidos (PA) - Usos e costumes. 3. Quilombolas - Óbidos (PA) - Condições sociais. 4. Ariramba, Igarapé (PA) - História. I. Título. II. Série.

---

CDD: 23. ed.: 981.15

Elaborado por Olizete Nunes Pereira – CRB-2 1057



A comunidade remanescente de quilombo do Ariramba fica no limite entre os municípios de Óbidos e Oriximiná, no oeste do Pará. Sua ocupação remonta ao século XIX, quando grupos negros formaram mocambos na região. A vida cotidiana da comunidade transcorre entre as áreas de moradia, nas margens do igarapé Ariramba, e as áreas de uso comum – florestas, lagos e igarapés onde praticam o extrativismo vegetal e animal.

#### Apoio

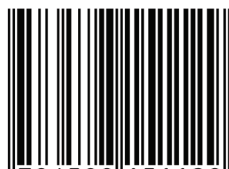


#### Realização



ISBN: 978-65-88151-12-9

CDL



9 786588 151129